



DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.082/2025

Processo Licitatório n.º: 36.609/2024
Processo de Impugnação n.º: 34.013/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS, para atender as necessidades da Unidade Básica de Saúde Waldir Costa.

IMPUGNANTE: E. TRIPODE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa **E. TRIPODE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ 22.228.425/0001-95**, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.082/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria n.º 632/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

A impugnante apresenta as seguintes alegações, apontando irregularidades no edital:



"4.7. Caso os itens cotados sejam dispensados do registro na ANVISA, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção."

ANVISA

Ocorre que produtos que não possuem certificação compulsória no registro da Anvisa, pois não se enquadram no segmento e a classe que estão sujeitos à fiscalização da vigilância sanitária.

O Certificado de Autorização de Funcionamento (Certificado de AFE) se aplica a farmácias, drogarias, empresas de medicamentos e insumos farmacêuticos e empresas que trabalham com produtos para saúde, cosméticos ou saneantes.

Neste caso, o que pode e deve ser exigido é a certificação voluntária para esse tipo de material. Existindo a certificação do material Certificação de Conformidade com a ABNTNBR 13.961:2010 ou ainda certificação de Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas.

Ainda como alternativa, a garantia de substituição do material por defeito de fabricação e oxidação espontânea é a melhor ferramenta para adquirir o material, sem restringir a participação de excelentes **empresas do mercado.**" (grifo acrescido)

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Por conseguinte, pleiteia a retificação do edital, especificamente no capítulo 4, item 4.7, do Anexo I – Termo de Referência, para excluir a obrigatoriedade do certificado da Anvisa no que tange aos itens de n.º 24, 28, 29 e 33 do Anexo II – Planilha Orçamentária.

IV. DA ANÁLISE TÉCNICA

Em atenção à recomendação da Comissão de Pregão, os autos foram encaminhados ao setor requisitante que esclareceu que a exigência de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, prevista no item 4.5 do Termo de Referência, aplica-se apenas quando pertinente ao produto. Informou, ainda, que os itens 24, 28 e 29 não possuem exigência de registro no descritivo do edital, sendo admitida a comprovação da dispensa por meio da listagem oficial de produtos não regularizados disponibilizada pela ANVISA.



Quanto ao item 33 (carro maca), o setor técnico manteve a obrigatoriedade de registro/notificação na ANVISA, por se tratar de dispositivo médico classe I, nos termos da RDC nº 751/2022, bem como esclareceu que a exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) foi corretamente limitada aos produtos sujeitos à Vigilância Sanitária, conforme RDC nº 16/2014.

Não obstante a análise técnica ter citado o item 33 como carro maca, a empresa impugnante questiona a exigência de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA em relação ao **item 33**, o qual, conforme previsto no edital, refere-se a **armário para vitrine**, não havendo, portanto, exigência de registro sanitário para esse item no presente certame.

V. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na Lei n.º 14.133 de 2021, subsidiada pela manifestação da secretaria requisitante, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.082/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo integralmente as disposições editalícias.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 18 de dezembro de 2025

KELVIN CALIL LEMGRUBER

Pregoeiro substituto da Comissão Permanente de Pregão IIII
Matricula: 115.209